

AVALIAÇÃO DO ESTADO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL | JUNHO 2009

- 11ª DELIBERAÇÃO DO CSE, de 10 de Julho de 2009 -

| Monitorização das acções prioritárias constantes do Relatório |

Junho 2011

"O Conselho Superior de Estatística deliberou efectuar uma "Avaliação do Estado do Sistema Estatístico Nacional", reportada a Junho de 2009, ou seja, uma avaliação com natureza intercalar, tendo como objectivo efectuar um breve balanço do progresso verificado relativamente às recomendações contidas no último RAESEN, caracterizar o actual estado do SEN à luz dos momentos importantes da vida recente do CSE e sistematizar as prioridades que deverão ser tidas em consideração pelo Conselho, atendendo à importância de que se revestem para o enquadramento dos futuros desenvolvimentos do SEN e para a concretização plena da Visão para o SEN em 2012, que foi consagrada nas Linhas Gerais da Actividade Estatística Nacional (LGAEN) 2008-2012.

Nos termos da Lei do SEN o próximo Relatório de Avaliação do Estado do Sistema Estatístico Nacional deverá ser efectuado em 2011, no termo do mandato dos actuais membros do Conselho, que ocorrerá em Agosto desse ano, nele se procedendo à avaliação da evolução do SEN desde a entrada em vigor da Lei nº 22/2008. Para além de abranger o mandato de três anos do actual Conselho, o Relatório poderá apresentar já uma primeira avaliação global do grau de realização das LGAEN 2008-2012."

Acções cujo desenvolvimento e acompanhamento deverão ser prioritárias

ACÇÕES PRIORITÁRIAS AVALIAÇÃO DO ESTADO DO SEN - Junho 2009	Ponto de situação em Maio de 2011
1	2
<p>Monitorização e desenvolvimento das acções referenciadas no "Plano de Acções visando o cumprimento dos prazos de disponibilização das Estatísticas Portuguesas", aprovado pelo Conselho em 2008</p>	<p>Maio de 2010 a SP de Coordenação Estatística procedeu ao acompanhamento e implementação das medidas constantes do Plano de Acção para cumprimento dos prazos de disponibilização das estatísticas portuguesas 15ª Decisão da SPPCD (ratificada pelo CSE em Setembro de 2008). Neste contexto:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi acentuada a necessidade de serem prosseguidos os trabalhos, consolidando ganhos, das entidades que intervêm na produção estatística, cujos progressos no âmbito do cumprimento de prazos foram notórios e merecem elogio. Estes trabalhos continuarão a ser acompanhados trimestralmente; - Relativamente às medidas de natureza genérica devem ser retomadas no sentido do Conselho contribuir para o desenvolvimento de alguns destes domínios; - Das medidas de âmbito geral incluídas no Plano de Acção consideraram-se prioritárias três medidas e considerou-se que se deveria prosseguir com acções concretas: <ul style="list-style-type: none"> • Medida 1 – Realização de um inventário das necessidades de formação e das acções de formação programadas pelas várias entidades do SEN, tendo em vista a definição de um Plano de Acção para a Formação, e início da dinamização da partilha de Planos de Formação pelas entidades que já os detêm e possibilitar a inscrição das restantes entidades; • Medida 2 – Inventariação das fontes administrativas existentes em Portugal e da sua utilização efectiva e potencial para fins estatísticos e que proponha soluções que permitam melhorar o funcionamento do SEN nesta vertente; • Medida 7 – acompanhamento da implementação do Código de Conduta.

	<ul style="list-style-type: none"> No âmbito do processo de reflexão sobre os grupos de trabalho nas áreas económicas e social este assunto (medida 2) será retomado e serão eventualmente identificadas áreas prioritárias. Podendo ser eventualmente criado um template comum. Os Grupos de Trabalho que incluem no seu mandato, em parte, estes desenvolvimentos: GT Mercado de Trabalho, GT Educação, Formação e GT Saúde e GT Estatísticas das Empresas. Relativamente à medida 4 (duplicação e intersecção de actividades) embora estejam identificadas nos Planos de Actividade deverá o Conselho ter um papel no sentido de desenvolver acções que possibilitem a melhoria da articulação entre entidades. Sobre a medida 7 – implementação do Código de Conduta (CdC), poder-se-á tomar em consideração o trabalho que está a ser desenvolvido pelo EUROSTAT e solicitar ao INE (área da qualidade) uma proposta no sentido de como acompanhar em Portugal o CdC.
<p>Criação de mecanismos que permitam zelar pelo cumprimento do princípio do segredo estatístico e fazer cumprir o estipulado na Lei do SEN relativamente a este princípio, designadamente definindo metodologias e procedimentos com vista a acompanhar o cumprimento das regras da confidencialidade pelas entidades às quais são cedidas informações sujeitas a segredo estatístico</p>	<p>Março 2009 aprovada a 2ª Deliberação da Secção Permanente do Segredo Estatístico que define os procedimentos e regras para apreciação pelo CSE de pedidos de informação estatística individual sujeita ao princípio do segredo estatístico. Aprovado um modelo para preenchimento pela Autoridade Estatística e posteriormente pelo Secretariado do CSE que servirá de suporte à decisão da Secção. Aprovado modelo de compromisso de sigilo. Para assinatura da entidade que solicita informação estatística confidencial.</p> <p>2009-2010 Os procedimentos têm sido aplicados no âmbito da apreciação das solicitações apresentadas para decisão da Secção. Foram introduzidas alterações no texto das Deliberações da Secção e no Compromisso de Sigilo de modo a incluir maiores obrigações por parte das entidades solicitantes, com o objectivo do cumprimento rigoroso do sigilo e da utilização e protecção da informação estatística confidencial.</p> <p>Junho 2010 – jurisprudência da Secção Foi analisada a possibilidade de divulgação de informação do comércio internacional, e a existência de</p>

	<p>regulamentos comunitários que determinam a aplicação nesta área do princípio do segredo passivo (contrariamente ao segredo activo que a lei nacional determina para a divulgação de informação estatística); simultaneamente aferiu-se a competência do CSE para a cedência da informação de empresas que em 2005 se manifestaram contra a divulgação da sua informação.</p> <p>A Secção concluiu que são diferentes os conceitos de divulgação de informação estatística – passagem de informação ao público ou interessados – e de cedência pelo CSE de informação estatística – passagem de informação entre entidades com competências estatísticas e circulação de dados com compromisso de sigilo.</p> <p>A manifestação das empresas (141) referidas sobre a não divulgação da sua informação aplica-se apenas a esse momento, e mesmo assim de forma não obrigatória para as Autoridades Estatísticas (AE) que decidem em última instância sobre a divulgação (Regulamento 222/2009 de 11 de Março, artigo 11º e 471/2009, artigo 10º, nº1, ambos do Parlamento Europeu e do Conselho).</p> <p>Plano de Actividades do CSE 2011 – Prioridade Definição do quadro regulamentar adequado ao cumprimento rigoroso do estipulado na Lei do SEN relativamente ao princípio do segredo estatístico através, designadamente, i) da apreciação dos Regulamentos do Segredo Estatístico a adoptar pelo Instituto Nacional de Estatística, pelo Banco de Portugal, pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores e pela Direcção Regional de Estatística da Madeira e ii) da criação de mecanismos que permitam zelar pelo cumprimento das regras da confidencialidade pelas entidades às quais é cedida informação sujeita a segredo estatístico.</p>
<p>Apreciação do exercício de delegação de competências do INE noutras entidades, tendo em consideração os respectivos princípios orientadores apreciados favoravelmente pelo Conselho em Dezembro de 2008</p>	<p>Concluída a 1ª Fase</p> <p>2008 Apreciação favorável de modelo de protocolo de delegação de competências, apresentado pelo INE.</p> <p>2009 A Secção Permanente de Coordenação Estatística recomendou a apreciação favorável de protocolos de delegação de competências do INE em sete entidades.</p>

	<p>2010 O Plenário do CSE apreciou favoravelmente aqueles protocolos de delegação de competências. Estas entidades passam a ser Autoridades Estatísticas – Direcção Geral das Pescas e Aquicultura do MADRP, Direcção Geral de Energia e Geologia do MEID, Direcção Geral da Política de Justiça do MJ, Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação do ME, Agencia para a Sociedade do Conhecimento (UMIC) do MCTES, Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do MCTES, e Gabinete de Estratégia e Planeamento do MTSS.</p> <p>Dezembro 2010 As entidades com delegação de competências, na sua qualidade de Autoridades Estatísticas passaram a ter assento no Conselho Superior de Estatística.</p>
Promoção de acções com vista a intensificar a utilização de fontes administrativas para fins estatísticos, prevendo a intervenção das autoridades estatísticas desde o início da sua concepção, de forma a assegurar um adequado equilíbrio entre o objectivo de redução dos custos associados à prestação de informação pelos agentes reportantes, e a necessidade de produzir estatísticas com a máxima qualidade	<p>Plano de Actividades do CSE 2011 – Prioridade</p> <p>Promoção de acções com vista à:</p> <p>i) À intensificação da utilização de fontes administrativas para fins estatísticos;</p> <p>ii) à intervenção das autoridades estatísticas desde o início da concepção de medidas que dão origem a novas fontes administrativas, de forma a assegurar um adequado equilíbrio entre o objectivo de redução dos custos associados à prestação de informação pelos agentes reportantes, e a produção de estatísticas de qualidade e a redução da carga sobre os respondentes.</p>
Definição dos princípios em que deve assentar a difusão das estatísticas oficiais	<p>2008 O INE apresentou, para informação do CSE, a sua política de difusão. O Conselho considerou que o documento poderia ser utilizado com documento de base para preparação dos princípios orientadores da difusão estatística no âmbito do Sistema Estatístico Nacional.</p> <p>Plano de Actividades do CSE 2011 – Prioridade</p> <p>Definição dos princípios orientadores da difusão da informação estatística no âmbito do SEN.</p> <p>Em reunião da SP de Coordenação de estatística, realizada em Fevereiro 2011, os princípios foram apreciados favoravelmente e recomendada a sua aprovação pelo plenário do CSE (previsto para Julho 2011).</p>

<p>Operacionalização da disposição de consulta previa obrigatória do Conselho, prevista na Lei do SEN, relativamente aos projectos de diploma que criem serviços de estatística ou contenham normas sobre a actividade estatística.</p>	<p>No âmbito do artigo 14º da lei do SEN "a aprovação de projectos de diploma que criem serviços de estatística ou contenham normas sobre a actividade estatística é obrigatoriamente precedida de consulta ao Conselho". Continuam a existir alguns casos de incumprimento deste dispositivo legal, em particular de Decretos Regulamentares Regionais dos Açores e Madeira, na componente de articulação da delegação de competências versus organismos regionais. Está previsto que o Conselho retome este assunto em 2011 e crie mecanismos de actuação e sensibilização.</p>
<p>Promoção de acções com vista à optimização do processo de requalificação dos recursos humanos do SEN.</p>	<p>Sem quaisquer desenvolvimentos no âmbito do CSE</p>